

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.058 - RS (2019/0081505-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **FINANCEIRA ALFA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**
ADVOGADOS : **SIRLEI MARIA RAMA VIEIRA SILVEIRA - RS022306**
SIMONE DA ROSA GODOLPHIM E OUTRO(S) - RS057194
RAFAEL RAMA E SILVA - RS073007
LUCIMAR CARDOZO DE FARIAS HAMESTER - RS059418
AGRAVADO : **NECI SOUZA BUENO**
ADVOGADO : **TARSO LUIZ HOFMEISTER E OUTRO(S) - RS073718**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). JUROS REMUNERATÓRIOS. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO, QUANTO A TAIS PONTOS, COM BASE EM RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIAS (ARTS. 1.030, INCISO I, "B", E 1.040, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015). NÃO CABIMENTO DO AGRAVO. DEMAIS MATÉRIAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INADMISSIBILIDADE DO AGRAVO. ART. 932, III, DO CPC. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por FINANCEIRA ALFA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO.

Juros remuneratórios. Capitalização mensal dos juros. Encargos moratórios. Tarifas bancárias.

10F. Repetição do indébito. Inscrição em cadastro de inadimplentes. Matéria que se julga conforme a jurisprudência da Câmara e do Superior Tribunal de Justiça.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do especial, o recorrente alega violação ao artigo 4º da Lei n. 4.595/64, à Resolução n. 1.64/85 do BACEN e aos artigos 373, I, e 1.022 do Código de Processo Civil e ao artigo 877 do Código Civil.

Aponta negativa de prestação jurisdicional em face do desacolhimento dos embargos de declaração. Insurgiu-se contra: a) a limitação dos juros remuneratórios à taxa média de mercado apurada pelo BACEN; b) a proibição de inscrição da parte financiada nos cadastros restritivos de crédito; c) a impossibilidade da compensação de valores/repetição do indébito. Invocou dissídio jurisprudencial. Postulou o provimento do recurso.

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls.145/152), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls.155/163(e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A irresignação recursal não merece prosperar.

Com efeito, no tocante à tese relacionada aos juros remuneratórios e a proibição de inscrição da parte financiada nos cadastros restritivos de crédito, mostra-se descabido o presente agravo, pois, quanto ao ponto, houve negativa de seguimento ao recurso especial, com base em recurso julgado como representativo de controvérsia (Tema 27/28 do STJ), nos termos dos arts. 1.030, I, "b", e 1.040, I, do Código de Processo Civil de 2015, sendo certo que o recurso cabível em tal caso é o agravo interno, como dispõe o § 2.º do art. 1.030 do CPC/2015, não o agravo em recurso especial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio *tempus regit actum*.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outorga de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno. [...]

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 26/08/2016, grifo nosso).

Outrossim, no que tange à negativa de prestação jurisdicional e a impossibilidade da compensação de valores/repetição do indébito, o *decisum* agravado entendeu cuidar-se de hipótese de incidência da Súmula 5, 7 e 83/STJ e ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Todavia, não houve impugnação a esses fundamentos, sendo certo que o agravante limitou-se a reiterar, os argumentos desenvolvidos no apelo nobre, acrescentando novo tópico relativo aos juros remuneratórios.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, constata-se que as razões apresentadas no agravo demonstram clara violação ao princípio da dialeticidade, pois a instituição financeira não evidenciou, especificamente, a inadequação dos referidos verbetes sumulares, nem se insurgiu contra o fundamento de que é descabida a indicação de ofensa a dispositivo constitucional, também presente na decisão agravada.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932. 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932. 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC. 5. Embargos de divergência não providos.

Superior Tribunal de Justiça

(EAREsp 831.326/SP, CORTE ESPECIAL, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 30/11/2018)

Saliente-se que a impugnação específica do agravo em recurso especial está prevista no 932, inciso III do Código de Processo Civil de 2015, *in verbis*:

Art. 932. *Incumbe ao relator:*

(...)

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator